

“O outro lado do espelho”: o papel das mulheres nos trabalhos de ourivesaria, marcenaria e fundição de ferro em Gondomar¹²⁰

*Ana Cristina Sousa*¹²¹
*Cecília Santos Cardoso*¹²²
*Diana Felícia*¹²³

Introdução

Gondomar localiza-se a escassos quilómetros da cidade do Porto, integrando a sua área metropolitana. Território de forte tradição agrícola, o município sofreu, a partir da segunda metade do século XIX, os efeitos da revolução industrial. Pela ampla disponibilidade de matéria-prima (madeira e carvão), pelas possibilidades de escoamento e transporte oferecidas pelo rio Douro, que contorna a Sul o concelho, e pela existência de uma ampla mão de obra, alimentada pelo crescimento natural e pelo êxodo migratório que se deslocou rumo ao litoral no século XIX, Gondomar tornou-se um território muito atrativo para a fixação e proliferação das mais diversas indústrias, envolvendo desde cedo o trabalho feminino. Por esse motivo, gerou-se uma organização laboral muito específica onde, em contexto oficinal ou a partir das suas habitações, as mulheres participavam ativamente na produção de peças de ourivesaria, nos trabalhos em madeira e de peças em ferro fundido, para nomear alguns dos ofícios mais produtivos nesta geografia.

No caso da marcenaria, onde o envolvimento das mulheres decorria em contexto doméstico, proliferam as “empalhadeiras” (responsáveis pela produção da técnica da palhinha), “estofadoras”, “manipuladoras de tabaco” e as “manipuladoras de fósforos”, como será demonstrado. Nos trabalhos do ouro, “enchadeiras” e “engatadeiras” trabalhavam, também, no recato das suas casas, para assegurar as etapas mais minuciosas da produção. A maior

¹²⁰ Este texto é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

¹²¹ DCTP/ CITCEM, FLUP, Portugal

¹²² CITCEM, FLUP, Portugal (2020.06909.BD).

¹²³ CITCEM, FLUP, Portugal (2021.06713.BD).

parte destas mulheres são vultos anónimos nas fontes primárias, testemunhas silenciosas de uma atividade feminina que oficialmente nunca existiu. As entrevistas com as artesãs gondomarenses na atualidade são, por isso, fulcrais para o entendimento destes ofícios.

Já na indústria do ferro, e mais concretamente na Companhia Industrial de Fundição (CIF), as mulheres assumiam igualmente um papel preponderante, ocupando as funções de “carrejonas” (transportando o carvão para as diversas zonas da fábrica), de “serventes” ou de “ajudantes” nas diversas secções da fábrica. O seu estudo é possível através das Fichas de Identidade e Cadastro de Pessoal, fonte essencial para o conhecimento das dinâmicas profissionais desta unidade fabril.

O escopo deste artigo é discorrer sobre a realidade específica do concelho de Gondomar no tocante à essencial e peculiar participação da mão de obra feminina nos ofícios mais representativos deste território. Procura-se demonstrar os diversos modos em que as mulheres integravam o mercado de trabalho, as funções que ocupavam e o impacto que o exercício das suas funções ocupou no volume de produção daquela comunidade.

A ourivesaria

Conhecido atualmente como a “Capital da Ourivesaria” nacional, o concelho de Gondomar reúne um elevado número de empresas de ourivesaria. A génese deste ofício remonta, no entanto, e de acordo com os dados documentais apurados até ao momento, ao século XVIII. Através das “Listas das Companhias de Ordenanças”¹²⁴ realizadas para efeitos de alistamento militar, da centúria de Setecentos, conhecemos os nomes, moradas e descendência de algumas dezenas de ourives deste concelho. Estes indivíduos distribuía-se por várias localidades da freguesia de São Cosme (o núcleo hegemónico), verificando-se ainda, nesse século, a expansão do ofício para as freguesias limítrofes de Fânzeres, Valbom, Rio Tinto e, mais tarde, Jovim.

Os registos da Irmandade de Santo Elói, do Porto, confirmam estes dados para a mesma cronologia, estando os ourives de São Cosme integrados num ajuntamento próprio e dispondo de Procurador, o que atesta a importância em número e, consequentemente, identitária destes artesãos de Gon-

¹²⁴ AHMP – Listas das Companhias de Ordenanças do Concelho de Gondomar (1764-1797).

domar em relação aos seus colegas do Porto (Sousa, 2003: 337). O número de ourives gondomarenses continuou a crescer ao longo da primeira metade do século XIX, como demonstram os registos dos que foram examinados pelos juizes da Confraria de Santo Elói dos Ourives do Ouro, da cidade do Porto (Sousa, 2012: 28).

O maior crescimento ocorre, no entanto, ao longo da segunda metade do século XIX, fenómeno documentalmente aferido através do levantamento dos registos de Casamento efetuado entre os anos de 1861 e 1911¹²⁵. Esta fonte expõe, igualmente, as flutuações recorrentes nesta atividade, muito vulnerável às constantes crises que abalavam o mercado e que afetavam o sempre precário equilíbrio da oferta e da procura. A forte concorrência e os inúmeros escândalos de fraudes que fragilizaram a imagem da ourivesaria portuguesa no último quartel do século XIX, em muito contribuíram para a instabilidade vivida no ofício (Rocha Peixoto, 1908: 91). Mas as oscilações são contínuas, fruto das guerras, das crises económicas ou pandémicas, como a mais recente COVID 19, que sempre afetam o poder de compra e sacrificam, em primeiro lugar, o que não é considerado bem essencial. A falência de oficinas, a redução ou despedimento de operários, a diminuição de salários, o recurso à emigração, o prolongado horário de trabalho são algumas dessas consequências vividas pelos ourives de Gondomar, nos últimos duzentos anos.

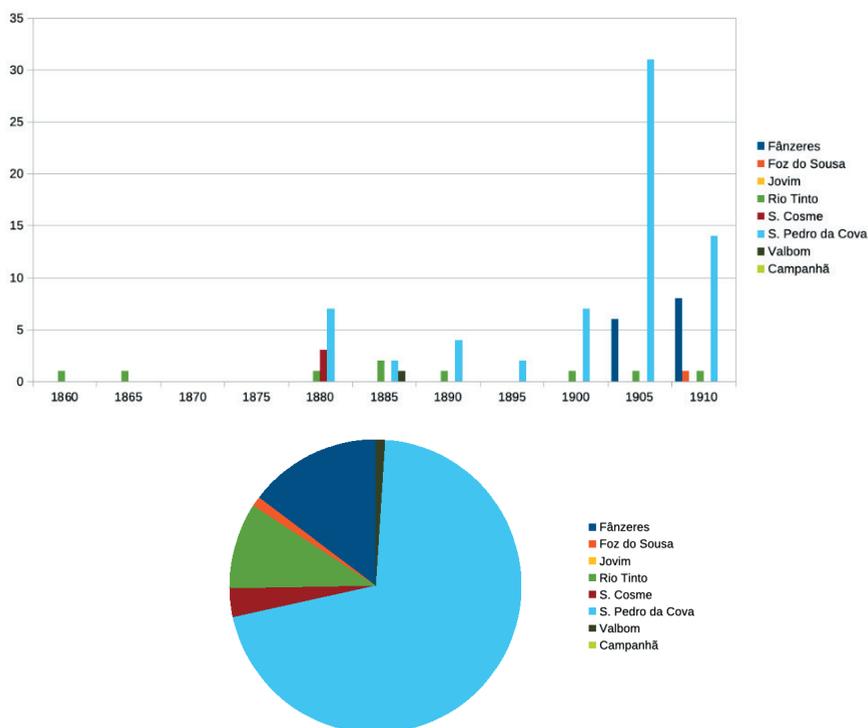
Num cenário predominantemente familiar e artesanal, dominado por oficinas com menos de cinco trabalhadores, o volume de produção e respetivo preço dependia sobretudo da exploração de uma mão de obra barata, disponível e solícita, abundante num concelho rural e pobre, com taxas de natalidade elevadas. O envolvimento de todos – homens, mulheres e crianças –, as longas jornadas de trabalho e os baixos rendimentos auferidos foram, desde cedo, a melhor resposta aos tempos de crise e à forte concorrência vivida neste ramo de produção. Os ourives de Gondomar puderam apresentar, assim, preços mais baixos e afirmar-se num mercado altamente competitivo.

Os registos paroquiais permitem corroborar a integração das mulheres no ofício da ourivesaria. A análise dos dados recolhidos entre 1861 e 1911¹²⁶, revela que o crescimento da participação feminina neste ofício acompanhou

¹²⁵ Informação constante no ADP e disponibilizada online. A partir de 1861, a indicação da profissão dos noivos é praticamente contínua, o que permite demonstrar o crescimento exponencial de ourives no concelho de Gondomar. A informação a partir de 1911 está conservada nas paróquias, tendo-se perdido muitos dos livros. Foi realizado o levantamento dos Registos de Casamento de todas as freguesias de Gondomar, no período compreendido entre 1861-1911. ADP (1861-1911) – Registos de Casamento de Gondomar.

¹²⁶ ADP (1861-1911) – Registos de Casamento.

a expansão geral desta atividade no concelho. A contagem total, por lustro, de noivas que exerciam a profissão de ourives (**fig.1**) é, no entanto, muito reduzida (95 no total), se comparada com a dos noivos que declararam exercer a mesma atividade (754), no mesmo período. Por outro lado, a sua distribuição pelas freguesias mais ativas neste ofício é muito desequilibrada (**fig. 1**), destacando-se de forma muito significativa São Pedro da Cova, com 71 registos, a vizinha Fânzeres com 15, Rio Tinto com 9, São Cosme com 3 (todas registadas no ano de 1880) e Valbom e Jovim com 1 registo. Estes dados devem ser encarados com muito cuidado pois não correspondem, de todo, à distribuição real de ourives pelas diferentes freguesias, com São Cosme a dominar a maior concentração de oficinas nesse período.



1. Noivas ourives distribuídas por freguesia por lustro [esq.] e sua distribuição por freguesias no período estudado [dir.]. Fonte:

Esta diferenciação dos números pode ser explicada por razões de ordem social e consciência de grupo. A maior parte das mulheres apresenta-se nestas fontes como “domésticas” ou “empregadas no serviço da casa”, não reconhecendo nos “serviços prestados” às oficinas a sua profissão. Esta rea-

lidade é evidente para as mulheres de São Cosme, Valbom e Jovim, e mesmo Foz do Sousa, freguesias que sabemos, por tradição oral, ser abundante o número das que se dedicavam a trabalhos de ourivesaria. O elevado número de registos em São Pedro da Cova e na vizinha Fânzeres, mais evidente a partir de 1890, pode ser explicado por razões de pobreza e de identidade laboral. A exploração do carvão das minas de São Pedro, desde os primeiros anos do século XIX, aliada ao crescimento da atividade da ourivesaria e da marcenaria no mesmo território, gerou a criação de um operariado com características muito particulares, que não teve paralelo noutras freguesias. Essa consciência de grupo refletiu-se em termos políticos e sociais, e consequentemente identitários, o que pode explicar este número mais elevado de mulheres que se identificavam como ourives na freguesia de São Pedro e, por proximidade, na de Fânzeres¹²⁷.

As rendas de ouro e de prata

As fontes impressas atestam, igualmente, a participação do trabalho feminino neste ofício, desde pelo menos o último quartel do século XIX. Todas as técnicas de ourivesaria que exigiam um trabalho moroso e minucioso, como as malhas, cordões, trancelins e filigrana, beneficiaram do labor feminino. Esta prática começou pelas mulheres e filhas de ourives, mas cedo estendeu-se a outros familiares e vizinhas, o que proporcionou o grande aumento de feitoras (**fig. 1**), como a elas se referem os ourives de Gondomar. Nas suas próprias casas, no quarto, cozinha ou varanda, mas distantes dos olhares indiscretos dos operários das oficinas, estas mulheres dedicaram as suas vidas à prática de um ofício que se tornou identitário, no concelho, até aos nossos dias. Em regime domiciliário, a trabalhar para o ofício da família ou articulando o trabalho para vários “patrões”, puderam exercer uma profissão mantendo o estatuto de “domésticas”. Em casa, para satisfação de pais e maridos, articulavam o cuidar da casa e dos irmãos mais novos, filhos e depois netos, com a arte de tecer em fios de ouro e prata, contribuindo, assim, para o rendimento familiar, apesar dos valores muito baixos que auferiam.

¹²⁷ Hipótese em estudo e que se pretende clarificar com a conclusão da recolha de dados dos registos de Batismo e de Óbito.



Figura 2 - Enchedeira de fio de ouro [esq.], ferramentas de trabalho de uma enchedeira [centro]; enchedeira de fio de prata [dir.]. Fotografias das autoras.

Na Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional, presente no Palácio de Cristal (Porto), em 1883, “um grupo de filhas de ourives filigraneiros” executaram “a vista do publico”, a “renda urdida” com “lindos e reluzentes fios de metais preciosos” (Costa, 1922: 88). Tratavam-se da mulher e filhas do filigraneiro Albino Coutinho Junior, cuja qualidade de trabalho e preços “de tal modo reduzidos” impressionaram o ilustre historiador Joaquim de Vasconcelos (15.11.1883). Sabemos que este ourives emigrou para o Brasil, onde morreu com 55 anos. No entanto, a esposa, Rosa de Castro Nogueira e os filhos deram continuidade ao ofício de filigrana. Numa fotografia publicada no *Tripeiro*, em 1962 (Ribeiro, 1962: 315), podemos conhecer a viúva Rosa então com 90 anos de idade, rodeada por quatro netas todas enchedeiras, mulheres especializadas no enchimento das armações com fio de filigrana (**fig.2**).

A Casa Rosas de Portugal constitui, também, um bom exemplo da importância do envolvimento de todos os elementos da família no sucesso da produção. Esta empresa nasceu do esforço e dedicação de Domingos Martins Ferreira, natural da freguesia de Fânzeres. Como tantas outras realidades de produção, começou a trabalhar numa pequena oficina improvisada na humilde casa dos pais. O casamento com D. Ana dos Santos Rosas, filha de Mateus dos Santos Rosas, reconhecido ourives de laças e cordões, garantiu-lhe um futuro próspero neste ramo. À semelhança de tantas raparigas filhas de ourives, D. Ana aprendeu a arte na oficina do pai, dedicando-se à execução de bolsas de renda e malhas. Como tantas outras mães, ensinou estas técnicas às filhas e a dezenas de mulheres de Gondomar. Em períodos de maior procura, e apoiada pelas filhas, chegou mesmo a levar a arte de “engatar” fios e malhas às mulheres dos concelhos limítrofes como Valongo e Paredes. Deste esforço e da antiga Casa Domingos Martins Ferreira & Filhos, fundada em 1890, nasceu a empresa Rosas de Portugal, Ld^a, que funcionou na Rua 5 de Outubro em S. Cosme, “fornecedores dos maiores atacadistas das Américas e

dos principais estabelecimentos do nosso país”, como se pode ler nos anúncios publicitários desta Casa (fig.3).

**FÁBRICA DE
OURIVESARIA**

ROSAS DE PORTUGAL, L.ª

ANTIGA CASA
DOMINGOS MARTINS FERREIRA & FILHOS
(CASA FUNDADA EM 1890)

**PRATARIAS
FILIGRANAS
OURO E
JOALHARIA**

FORNECEDORES DOS MAIORES ATACADISTAS
DAS AMÉRICAS E DOS PRINCIPAIS
ESTABELECIMENTOS DO NOSSO PAÍS

IMPORTADORES DOS RELÓGIOS
LEMANIA, ARISTEX e OPUS

RUA 5 DE OUTUBRO, 27 / VILA DE GONDOMAR

Telefone 32 — GONDOMAR
Telegr.: «ROSASPORTUGAL»

Figura 3- Anúncio publicitário da empresa Rosas de Portugal.

O exemplo destas famílias repetiu-se em muitas outras, mas a maior parte não conquistou um lugar nos anais da história e o seu percurso de vida permanece no anonimato. A mão de obra feminina, meticulosa, precisa, rápida e barata, converteu-se num recurso fundamental para os ourives de Gondomar, que puderem assim impor-se num mercado altamente competitivo, apresentando obra de grande qualidade a preços baixos. Os magros rendimentos destas mulheres eram garantidos através de longas jornadas de tra-

balho, durante o dia, à luz do sol, ou prolongando-se pela noite, iluminadas pela candeia a petróleo ou, mais tarde, pelo candeeiro elétrico.

Para todas estas mulheres, o trabalho de “feitora” começou por ser uma necessidade: económica, imposta pela oferta de trabalho quando o ramo da ourivesaria dependia desta mão de obra; social, porque os pais não queriam as raparigas a trabalhar fora de casa. Embora os valores auferidos fossem muito baixos, “não se rompia roupa, não se rompia calçado, as mães aproveitavam para ter as filhas sempre debaixo do manto porque trabalhar fora era perigoso. As artes fora eram para os homens”¹²⁸.

A marcenaria

Está documentada a existência da indústria da madeira no concelho desde o século XVIII, como demonstra o contrato notarial publicado por Domingos Brandão. No referido documento, datado de 1711, foi destinada a execução do retábulo-mor da igreja de Campanhã (Porto). A elaboração da peça foi assumida pelo mestre entalhador Ambrósio Moutinho, morador na “Aldeia do Brasileiro” ou Brás Oleiro, pertencente à freguesia de Rio Tinto (Brandão, 1984-1987, p.363). Já o testamento de Maria de Castro, datado de 1838, confirma a presença da marcenaria em Gondomar no século XIX. As testemunhas, José Alves e Henrique Castro, eram ambos marceneiros e residentes no lugar de Pinheiro de Além, da antiga freguesia de Valbom¹²⁹.

O ofício da marcenaria conhece, no entanto, um crescimento muito significativo a partir da segunda metade do século XIX devido à proximidade do rio Douro e dos limites territoriais de Valbom, Fânzeres e Rio Tinto com Campanhã, freguesia pertencente ao Porto e importante centro de produção de marcenaria (Cardoso, 2019, p. 144). Por último, deve ser considerado o fenómeno da migração de trabalhadores especializados, que circulavam no próprio concelho ou que davam entrada em Gondomar oriundos de outras localidades¹³⁰. Estes fatores contribuíram para a concentração dos ofícios de produção de mobiliário nas antigas freguesias de Fânzeres, Rio Tinto, São Cosme e Valbom, distribuição geográfica perpetuada até ao século XX.

¹²⁸ De acordo com a enchedeira Maria Isabel, no testemunho constante no documentário “Eu nasci para a filigrana”, produzido pela CMG no âmbito da candidatura a PCI (ainda não disponível).

¹²⁹ AMG, Testamento de 1838, Gondomar, Liv. 4, n. °26, fl.54v.

¹³⁰ Informação resultante da investigação em curso.

Ofícios femininos na indústria do mobiliário

A mulher teve um papel fundamental na indústria do mobiliário em Gondomar. Dado o elevado volume de produção desta indústria, para além dos ofícios principais dos marceneiros, torneiros, polidores, entalhadores, etc, foram também criadas as condições propícias para o crescimento de outras atividades singulares, como o da aplicação da palhinha em distintas peças de mobiliário (Cardoso 2021, 284). Caracterizado, de facto, como um trabalho de renda em palha, as mulheres revelaram-se desde cedo mais hábeis e eficazes na sua execução, o que explica o domínio do “trabalho no feminino” desta técnica decorativa e de integração. As empalhadeiras ou feitoras, tal como eram designadas, assumiram assim um papel fundamental num tempo em que variados estilos formais e tipologias de peças de mobiliário compreendiam o uso desta técnica.

O estudo desta atividade, a definição do seu número e respetiva evolução na diacronia, o registo de nomes e volume de produção são, no entanto, muito difíceis de apurar. Na verdade, a atividade de empalhear decorria em contexto doméstico e não nas oficinas. Por trabalharem no seu próprio domicílio, intercalando esta atividade com as lides da casa e educação dos filhos, estas mulheres autointitulavam-se como “domésticas” e é assim que constam na documentação (Cardoso 2021, 284). É seguramente por este motivo que, até ao momento, apenas foram encontrados dois registos de casamento, dois registos de batismo e um registo de óbito (correspondentes à antiga freguesia de Valbom), que reportam ao ofício de empalhear (Cardoso 2021, 284). Em dois registos de casamento datados de 1900 e 1908, este ofício foi associado à profissão de duas noivas: Teresa Dias da Costa, de “vinte e dois anos, solteira, empalhadeira (...) moradora n’esta de Valbom, logar d’ Arroiteia”¹³¹ e Miquelina Teixeira, de “vinte e dois anos, solteira, palhinha (...) residente n’esta de Valbom no dito lugar do Monte”¹³², respetivamente. Já nos registos de batismo de 1907¹³³ e 1909¹³⁴, e num de óbito de 1908¹³⁵, verifica-se que Maria Teixeira, progenitora das crianças batizadas e da criança falecida, era residente no Monte (Valbom) e detinha a profissão de “palhinha”. Através do cruzamento da informação contida nestas fontes, foi ainda possível

¹³¹ ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de casamento n.º 9*, 1900, fol. 9f

¹³² ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de casamento n.º 13*, 1908, fol. 13f

¹³³ ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de nascimento n.º 286*, 1907, fol. 143v

¹³⁴ ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de nascimento n.º 72*, 1909, fol. 36v

¹³⁵ ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de óbito n.º 144*, 1908, fol. 36v

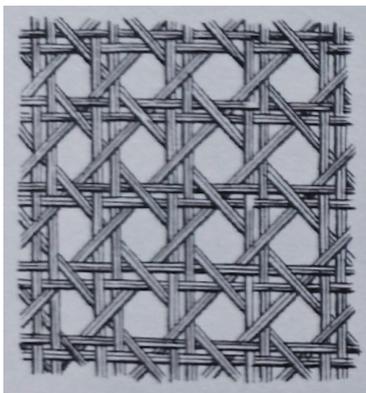
constatar que Miquelina Teixeira e Maria Teixeira eram irmãs, naturais do concelho vizinho de Paredes e filhas de Manuel Augusto Moreira Teixeira e Miquelina de Jesus Teixeira. No entanto, nesta documentação, não foi possível apurar a profissão dos progenitores, deixando em aberto o modo como estas irmãs aprenderam a trabalhar a técnica da “palhinha”.

Apesar das dificuldades sentidas pela escassez de registos e pelo facto da maioria das mulheres se assumir como “domésticas”, é possível, no entanto, reconhecer que a gondomarense assumiu um papel ativo na indústria do mobiliário. Na verdade, a grande maioria, sendo domésticas, podiam conciliar em regime de “prestação de serviços” apoio às indústrias do concelho, “usufruindo de uma remuneração complementar sem saírem praticamente do domicílio” (Cardoso 2021, 284). Esta realidade manteve-se de geração em geração até à década de ’90 do século XX, conforme testemunho das irmãs Maria Isabel Santos (**fig.4**) e Etelvina Castro, empalhadeiras a tempo parcial, residentes em Ferreirinha, localidade pertencente à freguesia da Foz do Sousa, Gondomar¹⁵⁶.

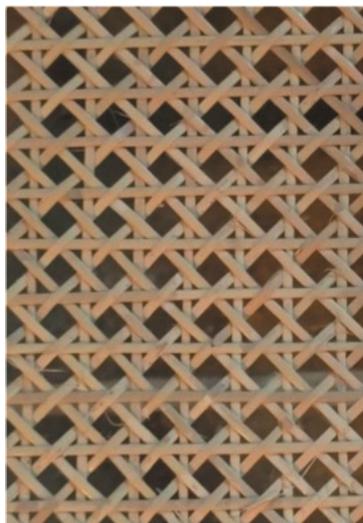


4. Artesã Maria Isabel Santos a empalheirar o assento de uma cadeira, na sua residência em Ferreirinha, Gondomar (Portugal) (2020). Fotografia de Cecília Santos Cardoso.

¹⁵⁶ Sobre o tema da técnica da “palhinha” em Gondomar consultar (Cardoso 2021)



5. Padrão francês (1751-1772). Caderno do *Ébéniste*. Imagem retirada da Encyclopédie de Diderot et d'Alembert.



6. Padrão de uma palha executado pela artesã Maria Isabel Santos (2020). Fotografia de Cecília Santos Cardoso.



7. Padrão de três palhas executado pela artesã Maria Isabel Santos (2020). Fotografia de Cecília Santos Cardoso.



8. Padrão de quatro palhas executado pela artesã Maria Isabel Santos (2020). Fotografia de Cecília Santos Cardoso.

Se o registo de mulheres empalhadeiras é raro, mais escasso é o de mulheres “marceneiras”. Porém, foram encontrados, até à data, dois registos ímpares que confirmam a atividade de duas “marceneiras”. Trata-se de dois registos, um de batismo e outro de óbito, ambos de 1903, da antiga freguesia de Fânzeres. No primeiro ficamos a saber que os padrinhos da criança

batizada, Vitorino, foram “Vitorino Coelho, e madrinha sua mulher Miquelina Vieira, marceneiros, moradores no lugar de Santa Eulália; desta mesma freguesia [Fânzeres]”¹³⁷. O registo de óbito menciona que Maria era “filha legítima de Agostinho d’Almeida da Fonseca, e de Maria Ferreira de Lima, marceneiros, naturais d’esta freguesia [Fânzeres]”¹³⁸. Ao contrário da situação das empalhadeiras, no qual existem relatos orais que confirmam o trabalho não “oficial” destas mulheres, o mesmo não acontece para as “marceneiras” gondomarenses, cuja existência depende única e exclusivamente da documentação.

Para além das mulheres “empalhadeiras” e das “marceneiras” existiam também as “estofadoras”. No entanto, para estas artesãs ainda não foram encontrados quaisquer registos documentais que comprovem a sua existência. Foi através de testemunhos orais que obtivemos conhecimento que as raparigas cujo progenitor era estofador e tinha a sua oficina própria, aprendiam o ofício e auxiliavam-no nas encomendas. Já em relação às “manipuladoras de tabaco” e as “manipuladoras de fósforos” é notória a sua presença nos registos paroquiais. De facto verifica-se um aumento significativo destes ofícios a partir da década de ’70 do século XIX, principalmente na antiga freguesia de Valbom. Este crescimento coincide com a fixação das fábricas de tabaco no Porto. No Inquérito Industrial de 1881 é referido que as «caixas de charutos para as fábricas de tabacos» constavam entre a principal produção dos marceneiros de Gondomar (Ministério da Obras Públicas, 1881, p. 48). Nos vários volumes do Anuário do Porto sobressai outro fator de grande relevância: um pequeno número de mulheres oficializa a sua ligação à indústria do mobiliário a partir de 1900.

Oficinas de marcenaria geridas por mulheres gondomarenses

Além das mulheres que executavam as tarefas de aplicar a “palhinha” e o fabrico do mobiliário, também é possível apurar a existência de mulheres que geriam oficinas de marcenaria e estabelecimentos de venda e corte de madeira.

¹³⁷ ADP. Registos Paroquiais Fânzeres. *Registo de batismo n.º 80*, 1903, fol. 40v

¹³⁸ ADP. Registos Paroquiais Fânzeres. *Registo de óbito n.º 39*, 1903, fol. 10v

A partir do *Anuário do Pôrto Santos Viseu*, entre 1942 e 1974¹³⁹, foi possível identificar oito mulheres proprietárias de oficinas de marcenaria. Das oito, quatro assumiram a gestão da oficina após o falecimento do marido. Esta constatação deriva da designação atribuída a estas mulheres, uma vez que foi usado o termo “viúva”, seguido do nome do falecido (ex. Viúva de Manuel José de Freitas). Segundo a mesma fonte, para três das quatro mulheres é possível seguir a cronologia da atividade do marido, continuada depois pela da viúva (**fig.9**). Relativamente às restantes quatro mulheres, estas usaram o nome próprio, sem qualquer alusão a antigos proprietários (**fig.9**), o que parece indiciar que estas mulheres fundaram a própria oficina de marcenaria ou, possivelmente, deram continuidade a uma paterna.

Ao longo dos anos, os nomes destas mulheres foram referidos neste anuário, nas secções de marcenarias, marcenarias e móveis, marcenarias e móveis de madeira, marcenarias e móveis de madeira (fabricantes) e, por último, marcenarias e fabricantes de móveis (**fig.9**). Destaca-se a “Viúva de Américo Pinto Costelha”, na medida em que é referida em três secções ao longo dos anos: marcenarias, marcenarias e móveis de madeira e marcenarias e móveis de madeira (fabricantes) (**fig.9**). No caso dos estabelecimentos de venda e corte de madeira, foi referida apenas a “Viúva de António Ferreira de Brito”. De 1950 a 1964, esta mulher foi mencionada anualmente em duas secções em simultâneo, nas “madeiras” e na “serração de madeiras”. O seu exemplo é singular na medida em que foi a única a publicitar a serração num anúncio, em 1950, que refere o seguinte:

Viúva de António Ferreira de Brito
Madeiras Nacionais e Estrangeiras
SERRAÇÃO
Lugar de Santa Eulália – Fânzeres – Telefone, 9 – Gondomar. (Viseu
Júnior & Guimarães 1950, 926)

Realça-se, porém, que esta documentação afere apenas os anos em que os seus nomes foram publicados no *Anuário do Pôrto* por sua própria vontade e não os limites da sua atividade. (**fig.9**) É seguro afirmar que estas oficinas já existiam antes das datas arroladas e que estiveram no ativo antes e depois destas publicações nos anuários.

¹³⁹ Segundo as obras de (Barros A. d., 1904) e (Viseu Júnior & Guimarães, 1945-1974)

| Freguesia | Proprietário anterior | Cronologia de atividade | Seção no Anuário do Porto | Proprietária | Seção no Anuário do Porto | Cronologia de atividade |
|--------------|---------------------------|--------------------------------|---|------------------------------------|--|-------------------------|
| Valbom | x | x | x | Joana Pinto | Marceneiros | 1942 |
| São Cosme | x | x | x | Viúva de João Pereira Resende | Marcenarias e móveis | De 1945 a 1974 |
| Valbom | Américo Pinto Costelha | 1943 | Marcenarias | Viúva de Américo Pinto Costelha | Marcenarias; Marcenarias e móveis de madeira; Marcenarias e móveis de madeira (fabricantes). | De 1946 a 1965 |
| São Cosme | Manuel José de Freitas | 1943 e De 1945 A 1946 | Marcenarias e móveis | Viúva de Manuel José de Freitas | Marcenarias e móveis | De 1947 A 1974 |
| Fânzeres | x | x | x | Sofia da Conceição Pereira | Marcenarias; Marcenarias e móveis | De 1956 A 1974 |
| Foz do Sousa | x | x | x | Joaquina Alves dos Santos | Marcenarias | De 1957 A 1974 |
| Rio Tinto | x | x | x | Ana da Silva de Castro Neves | Marcenarias e móveis; Marcenarias e fabricantes móveis | De 1958 A 1974 |
| Valbom | Joaquim Martins Marques | 1943 De 1945 A 1959 | Marcenarias | Viúva de Joaquim Martins Marques | Marcenaria e móveis de madeira (fabricantes) | De 1962 A 1974 |
| Fânzeres | António Ferreira de Brito | 1943 De 1946 A 1949 | Estâncias de madeira; Serrações de madeira | Viúva de António Ferreira de Brito | Madeiras; Serração de madeiras | De 1950 A 1964 |

9. Percurso publicitário das proprietárias mulheres das oficinas de marcenaria em Gondomar (1942-1974). Fontes: Barros, Lello & Viseu, 1942 e Viseu Júnior & Guimarães 1945-1974.

A fundição de ferro

A indústria da fundição do ferro surge em Gondomar nos finais do século XIX. O Inquérito Industrial conduzido em 1881 pela Imprensa Nacional localizava, no concelho, apenas uma fundição, na freguesia de Zebreiros, de-

dicada exclusivamente à produção de painéis de três pernas. Não tendo sido possível a visita às instalações, o inquérito regista que “a [fábrica] de Gondomar tinha uma máquina de vapor de dois cavalos para soprar o forno de fundição e empregava 8 pessoas” (Ministério da Obras Públicas, 1881, p. 43).

Anos mais tarde, entre 1931-38, Camilo de Oliveira regista o seguinte:

A indústria fabril é representada [no concelho] pela Fábrica de Fundição e Serralharia dos Srs. Paiva, Irmão & C.^a, que emprega 200 operários e é, no género, uma das de maior fama no País, não só pela sua grande produção, mas também pela perfeição dos seus trabalhos. Há neste género aqui mais três fábricas, regularmente montadas, mas estão atualmente paradas, devido à crise que esta indústria atualmente atravessa. (Oliveira, 1979, p. vol.2:486)

Sabemos, assim, que entre 1881 e 1931-38 chegaram a existir quatro fábricas de fundição de ferro em Gondomar. À data da publicação da obra de Camilo de Oliveira permanecia em funcionamento apenas uma, a Fábrica de Fundição Paiva & Irmão que, como adiante veremos, dará origem à Companhia Industrial de Fundição.

A Companhia Industrial de Fundição (CIF)

A CIF é uma das poucas fábricas de fundição de ferro do Porto do século XIX que sobreviveu aos testes do tempo, mantendo-se ainda em laboração. Apesar disso, e tal como aconteceu com muitas outras unidades industriais do nosso país, a empresa registou diversas alterações administrativas no decorrer dos seus anos de funcionamento. Tudo começou com a Antiga Fundição de Gondomar, fundada em 1895, que é anexada posteriormente pela firma Paiva & Irmão¹⁴⁰. Em 1905, a Paiva & Irmão começa a surgir nos *Anuários Comerciais* da cidade do Porto, indicando-se a localização da fábrica em Gondomar e a do depósito na Rua de São João, no Porto (Barros A. d., 1904, p. 336).

Em data que ainda não conseguimos precisar, a Paiva, Irmão & C.^a (assim renomeada em 1912) passa a integrar as Fundições Reunidas, Ld.^a, uma sociedade composta por oito sociedades metalúrgicas do Porto e de Crestuma

¹⁴⁰ De acordo com informação presente num postal ilustrado, datado de 1917, utilizado pela fundição para efeitos de correspondência com os seus clientes.

da qual era Diretor-Geral Mário de Sousa Drumond Borges (Archeevo, s.d.). Sob esta organização, a fundição participou na Exposição Industrial de 1930 realizada no Palácio de Cristal, no Porto¹⁴¹ e foi premiada com o Diploma de Honra na Primeira Semana de Material Agrícola no mesmo ano e cidade¹⁴².

Em 1931 instituiu-se finalmente a Companhia Industrial de Fundição. O presidente do Conselho de Administração era Mário de Sousa Drumond Borges, que ocupou o cargo até 1950 (Archeevo, s.d.), com Rodrigo Herculano Franco e Rodrigo Paiva Valente como administradores em exercício.

O primeiro catálogo da CIF, datado de 1931, demonstra bem o papel que esta ocupava na conjuntura industrial do ferro no norte do país e enaltece a importância do legado da Paiva, Irmão & C.^a na sua constituição:

A fábrica que a “Companhia Industrial de Fundição” explora é a maior do norte do país e goza da mais antiga reputação. Os nossos produtos distinguem-se pela constante introdução de todos os melhoramentos, provenientes da longa prática que a antiga firma Paiva, Irmão & C.^a soube aproveitar na agricultura e na indústria, pelo emprego de materiais de melhor qualidade e dos métodos de construção que a Companhia CIF considera como os mais modernos, garantindo boas marcas, boa adaptação e funcionamento (Catálogo, 1931).

A Mário de Sousa Drumond Borges seguiu-se Teófilo Augusto Fernandes das Neves na Presidência do Conselho de Administração da CIF e, em 1977, o cargo foi ocupado por uma mulher, Yvette Fernandes Martins Alves de Sousa.

Durante longas décadas¹⁴³, sob as designações de Paiva & Irmão, Fundições Reunidas e já como Companhia Industrial de Fundição, a sede da empresa manteve-se na Rua de São João, no Porto, posicionando-se numa zona comercial histórica da cidade e enquadrando-se, por isso, no mercado portuense.

Nos finais do século XIX, os terrenos onde hoje se implanta a CIF eram terrenos de lavradio, com diversas árvores de fruto e vinho, zonas de mato e com acesso a água encanada, limitados, a sul, pelo Rio Douro¹⁴⁴. O complexo

¹⁴¹ Facto comprovado pela existência de uma fotografia do stand na referida exposição.

¹⁴² O diploma integra o acervo documental da CIF.

¹⁴³ Pelo menos até ao final de 1980.

¹⁴⁴ Diversos documentos relativos ao trato sucessivo do terreno onde se implanta a fábrica foram preservados e integram o acervo.

industrial permanece até hoje no mesmo local, na Foz do Sousa (freguesia do concelho de Gondomar), a 21km do centro da cidade do Porto e é resultado de várias décadas de construção, onde se verificam diversos acrescentos ao terreno e alterações no edificado.

Esta sucessão de anos de atividade produziu um vasto acervo documental que sobreviveu até aos nossos dias. Do vasto conjunto de faturas, catálogos antigos e outros documentos administrativos, destacam-se as Fichas de Identidade e Cadastro dos funcionários da fábrica. Com registos compreendidos entre 1931 e 1988, esta fonte constitui uma rara oportunidade de conhecer de perto os rostos, nomes, habilitações literárias, funções que desempenhavam e até o número de dependentes de cada um dos operários que na CIF encontraram emprego. É uma fonte ímpar, mas muito trabalhosa devido ao volume de informação e ao amplo número de funcionários que a CIF acumulou ao longo do tempo. No âmbito do presente artigo optamos por registar somente os dados sociodemográficos (idade, estado civil e habilitações literárias) e informações relativas às ocupações (profissão, secção) das mulheres que trabalharam na CIF. As informações recolhidas reportam à data de admissão destas funcionárias. Alterações posteriores não foram registadas nem contabilizadas nas informações que apresentamos de seguida.

O trabalho feminino na CIF

Considerando o número de secções de trabalho disponíveis (acabamentos, armazém, carpintaria, escritório, forjas, fundição, gabinete de desenho, garagem, macharia, maquinaria industrial, pintura, serralharia, serviços auxiliares, tornos), facilmente se justifica o vasto número de funcionários que trabalharam, ao longo dos anos, nesta fábrica. Entre 1931 e 1938 eram já duas centenas os funcionários (Oliveira, 1979, p. vol.2:486). Com o passar dos anos, e considerando o volume de Fichas de Identidade e Cadastro de pessoal que já localizámos, foram muitos mais os operários que por ali passaram. A CIF constituiu-se, assim, como uma sólida alternativa aos restantes ofícios do concelho, como a ourivesaria, a marcenaria ou a agricultura, e apresentava-se como uma oportunidade de criação de carreira.

A mão de obra feminina foi bem representada neste contexto industrial (**fig.10**). Apesar de não termos logrado, ainda, o completo tratamento das Fichas de Identidade e Cadastro, conseguimos já identificar oitenta e

seis mulheres que foram contratadas pela CIF entre 1931 e 1974, com idades compreendidas entre os 12 e os 39 anos de idade. A maioria das funcionárias são de tenra idade e menores de 18 anos (65), verificando-se a prevalência de mulheres solteiras (77) e registando-se apenas seis casadas e duas viúvas¹⁴⁵.



10. Os rostos de algumas das mulheres que, ao longo dos anos, trabalharam na CIF, presentes nas Fichas de Identidade e Cadastro de Pessoal. Acervo CIF.

As funcionárias da CIF eram, na sua maioria, naturais do concelho de Gondomar (61) e do concelho de Vila Nova de Gaia (17). Em Gondomar destaca-se, por razões óbvias, a freguesia de Foz do Sousa (41) e em Gaia a freguesia de Lever (11), localizada do outro lado do rio, em alinhamento direto com a fábrica.

O estudo destas fontes permitiu comprovar que o trabalho na indústria constituía uma sólida alternativa em relação ao trabalho doméstico. Uma boa parte destas mulheres definem, como profissão anterior, a função de domésticas (18) e uma delas refere ser criada de lavoura. Ressalve-se, no entanto, que o modelo de Fichas de Identidade e Cadastro Pessoal foi alterado na década de 60, passando a utilizar-se um novo formulário. Apesar deste ter, grosso modo, os mesmos campos do anterior, verifica-se que o encarregado pelo seu preenchimento deixa de tomar nota das profissões anteriores. Por outro lado, existem casos pontuais (prévios a esta alteração) onde a profissão anterior também não é indicada. Assim se explica que existam tantos registos sem qualquer referência a esta informação (42).

De modo semelhante ao que aconteceu com a ourivesaria e com a marcenaria, e de acordo com a lógica familiar de Gondomar, a CIF tornou-se tam-

¹⁴⁵ Um dos registos não apresentava indicação de estado civil.

bém uma espécie de “emprego de família”. A análise que conduzimos para o presente trabalho revelou já dez famílias com duas ou mais filhas a trabalhar na CIF, verificando-se casos em que o pai e/ou a mãe também lá trabalhavam.

| Habilitações literárias | | | | | | |
|----------------------------|------------|--------------|-----------|-----------|-----------|----------------|
| Secção profissão | analfabeta | alfabetizada | 1 grau | 2 grau | C.C.Ap.C. | Total Geral |
| acabamentos | | 1 | 2 | | | 3 |
| cortadora cravadora | | 1 | | | | 1 |
| operadora | | | 1 | | | 1 |
| servente | | | 1 | | | 1 |
| advertícios | 1 | | 4 | 3 | | 8 |
| servente | 1 | | 4 | 3 | | 8 |
| armazém | | | | 1 | | 1 |
| auxiliar | | | | 1 | | 1 |
| contabilidade | | | | | 1 | 1 |
| telefonista | | | | | 1 | 1 |
| função | | 4 | 23 | 27 | | 54 |
| auxiliar | | 1 | 1 | 2 | | 4 |
| operadora | | | | 1 | | 1 |
| sem info | | | | 1 | | 1 |
| servente | | 3 | 22 | 22 | | 47 |
| servente (CT) | | | | 1 | | 1 |
| sem info | 1 | | | | | 1 |
| sem info | 1 | | | | | 1 |
| serviços auxiliares | 4 | 2 | 10 | 2 | | 18 |
| carrejona | 3 | 2 | | | | 5 |
| servente | 1 | | 10 | 2 | | 13 |
| Total Geral | 6 | 7 | 39 | 33 | 1 | 86 |

Figura 11. Relação entre Secção/profissão e habilitações literárias das funcionárias da CIF.
Autoria de Diana Felícia.

Conseguimos, através da **fig.11**, perceber, que estas funcionárias eram letradas, tendo a grande maioria concluído o exame do 1.º (39) ou do 2.º grau (33). Existiam também casos de mulheres analfabetas (6) e algumas alfabe-

tizadas (7) e apenas um caso de formação profissional. Entre elas destaca-se Fernanda Ferreira de Carvalho Melo que tinha realizado o exame de aptidão do Curso Complementar de Aprendizagem de Comércio e que vai ocupar, na CIF, o cargo de telefonista. A leitura destes dados deve, no entanto, ser feita à luz da conjuntura do ensino nacional à época já que, cerca de 40% (9 em 13) das funcionárias analfabetas e alfabetizadas correspondem a contratações realizadas entre 1931 e 1952, período onde não se registam contratações de funcionárias letradas. A partir da década de 50 do século passado a tendência altera-se para a realidade oposta, sendo raros os casos em que as mulheres contratadas não apresentam algum grau de escolaridade.

O trabalho feminino verifica-se em seis secções da CIF: acabamentos, adventícios¹⁴⁶, armazém, contabilidade, fundição e serviços auxiliares. A secção de fundição é a que emprega maior número de mulheres ao longo dos anos (54), ocupando os cargos de serventes (48), auxiliares (4) e operadoras (1). Segue-se a secção de serviços auxiliares (18), onde se destacam novamente as serventes (13) e algumas carrejonas (5). Estas últimas representam um claro exemplo de trabalho braçal feminino, já que carregavam à cabeça amplas quantidades de carvão, matéria essencial à fundição, que distribuía pelas diversas secções da fábrica onde este era necessário. Nas restantes secções a presença feminina tem menor expressão e as funções desempenhadas correspondem a atividades que requerem alguma minúcia e cuidado na sua execução: macharia, acabamentos, rebarbagem e pintura. Pelo exposto, fica comprovada a participação ativa destas mulheres na produção das peças em ferro fundido.

A esmagadora maioria dos vínculos laborais em análise cessam nos primeiros cinco anos (57), sendo que uma boa parte desses não chega a passar do primeiro ano (31). Existem também casos de funcionárias que, por motivos vários, cessam funções, mas voltam a ser readmitidas meses/anos depois. Não obstante, o trabalho na fundição constituía uma oportunidade de emprego duradouro verificando-se casos de funcionárias que ali permaneceram por dez (12), vinte (8) ou mais anos (3). Com a passagem do tempo era possível a transferência entre secções, a alteração de profissão e a progressão na categoria profissional e estas alterações correspondiam, muitas vezes, a atualizações nos valores remuneratórios correspondentes.

¹⁴⁶ Corresponde a uma categoria que os funcionários ocupavam antes da sua admissão efetiva na fundição.

Notas finais - o “trabalho no feminino” na atualidade

Estas práticas de produção, passadas de geração em geração, estão hoje bastante ameaçadas. O trabalho das malhas e das “engatadeiras” praticamente desapareceu no concelho e o número de “enchadeiras” de peças de filigrana é cada vez mais reduzido e respeitante a uma faixa etária elevada. As máquinas e outros processos industriais mais sofisticados, como a injeção a cera perdida, têm vindo a substituir esta mão de obra feminina, muito especializada e sofisticada.

No caso das madeiras, a alteração do *design* do mobiliário, com a procura de linhas simples, retas e sem elementos decorativos e a quebra drástica da produção de mobiliário em Gondomar, a partir do ano 2000, constituem as principais causas para que as técnicas decorativas do mobiliário tenham caído em desuso. A da “palhinha”, que consiste na arte de integrar o mobiliário com fibra proveniente do ratã, foi uma das mais afetadas no concelho. Na atualidade, temos conhecimento que existem várias artesãs gondomarenses que detêm o conhecimento desta técnica, a maioria de idade avançada. No ativo, e apenas a tempo parcial quando surgem as poucas encomendas, só detectamos, até ao momento, o caso das irmãs Maria Isabel Santos e Etelvina Castro. Maria Isabel Santos (**fig.4**), a mais ativa, afirma que, nos últimos cinco anos, o seu ofício artesanal tem sido requisitado mais amiúde, principalmente em trabalhos de restauro destinados à substituição do empalhamento de cadeiras. A artesã garante ainda que tem efetuado apenas a substituição do empalhamento para particulares, já que a aplicação desta técnica em mobiliário novo, saído de fábrica, cessou com a crise do início do século XXI.

Por outro lado, a natureza da relação de trabalho, em regime domiciliário e sem registo de atividade, torna praticamente impossível conhecer o número exato de mulheres que continuam a exercer estes ofícios. Os contactos “boca a boca” e as entrevistas a estas mulheres afigura-se, atualmente, como o único meio de conhecer um passado idêntico para quase todas elas. Desde tenra idade, e em simultâneo com a breve passagem pela escola, estas mulheres aprenderam a trabalhar com o ouro, a prata ou a madeira, por vezes experimentando as duas matérias, mas fixando-se depois num dos ofícios. Em casa, observando a mãe ou as irmãs mais velhas, na rua, onde pequenos grupos se reuniam e trabalhavam ao despique nos meses mais quentes de verão, em casa de uma tia, prima ou vizinha, a aprendizagem partia primeiro da observação e depois de pequenos testes de aplicação.

Embora seja evidente o interesse gradual dos particulares na renovação da “palhinha” no mobiliário, existem dificuldades que devem ser superadas. Entre essas, destacamos a substituição dos padrões antigos e a ausência da passagem do conhecimento da técnica para as novas gerações. Os padrões antigos – francês (**fig. 5**) e teia-de-aranha – estão a ser preteridos por padrões mais simples (**fig. 6, 7, 8**) com o objetivo de economizar no tempo de execução e na redução drástica do emprego da matéria-prima, cujo preço atingiu valores exorbitantes no mercado. Já a passagem do conhecimento às jovens adolescentes encontra-se estagnada. Esperamos que renasça a procura da palhinha no mobiliário, num futuro próximo, pois só assim será possível avivar o interesse desta prática artesanal entre as mais jovens, permitindo que estas adquiram o conhecimento oralmente através das artesãs experientes, tal como no passado. Caso contrário, a “palhinha” desaparecerá em Gondomar com a partida das últimas artesãs detentoras deste ofício.

No tocante à CIF, a contemporaneidade veio alterar drasticamente as dinâmicas da participação feminina nesta fábrica. O número de mulheres a trabalhar reduziu consideravelmente e, hoje, restam apenas seis. Elas concentram-se na secção de fundição, trabalhando na macharia ou na rebarbagem. Existem ainda duas mulheres a trabalhar no escritório, cumprindo funções administrativas. Importa, no entanto, ressaltar que não foram somente as mulheres que “desapareceram” na CIF. A operação que contava com centenas de funcionários funciona hoje com cerca de trinta, demonstrando-se as drásticas alterações na procura de objetos em ferro fundido.

Na ourivesaria, grande parte das “enchedeiras” que continua a trabalhar na atualidade refere já não exercer a atividade pelo dinheiro, cuja remuneração continua a ser muito baixa. Esta realidade retira às mais jovens o interesse em aprender esta profissão e as próprias mães afastaram as filhas desta atividade, incentivando-as a exercer outro ofício: “agora uma moça quer ter um trabalho, quer ter os direitos, porque a gente não tinha direitos nenhuns”, tal como testemunha Lucinda Ribeiro¹⁴⁷. As que continuam a trabalhar afirmam que o fazem agora como um modo de se entreter, de ocupar os tempos livres ou por “paixão a esta arte”, nas palavras de Elsa, uma arte que aprenderam a amar e que agora lhes faz companhia “quando est[ão] sozinhas”, que preenche o vazio nas horas de solidão¹⁴⁸.

¹⁴⁷ De acordo com a enchadeira Lucinda Ribeiro, no testemunho constante no documentário “Eu nasci para a filigrana”, produzido pela CMG no âmbito da candidatura a PCI (ainda não disponível).

¹⁴⁸ Segundo a enchadeira Elsa.

Fontes

Arquivo Municipal de Gondomar [AMG]

AMG. *Testamento de 1838, Gondomar*, Liv.4, n.º26, fl. 54v

Arquivo Distrital do Porto [ADP]

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de casamento n.º 9*, 1900, fol.9f

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de casamento n.º 13*, 1908, fol. 13f

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de batismo n.º 286*, 1907, fol. 143v

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de batismo n.º 72*, 1909, fol. 36v

ADP. Registos Paroquiais Valbom. *Registo de óbito n.º 144*, 1908, fol. 36v

ADP. Registos Paroquiais Fânzeres. *Registo de batismo n.º 80*, 1903, fol. 40v

ADP. Registos Paroquiais Fânzeres. *Registo de óbito n.º 39*, 1903, fol. 10v

Bibliografia

ARCHEEVO. (s.d.). Nota Biográfica: Borges, Mário de Sousa Drumond. Acesso em 08 de 2022. Url: <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=666083&detailsType=Description>

BARROS , A., & Viseu, J..1942. *Anuário do Comercio do Porto e seu Distrito*. Porto: Manuel Pinto de Sousa Lelo.

BARROS, A. d.. 1904. *Anuário do Comércio do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito*. Porto: Imprensa Moderna.

BRANDÃO, D..1984-1987. *Obra de talha dourada, ensablagem e pintura da cidade e na diocese do Porto*. Porto: Manuel Pinho de Sousa Lelo.

BRANDÃO, D.1984-1987. *Obra de talha dourada, ensablagem, e pintura da cidade e na diocese do Porto* (Vol. II). Porto: Oficinas Gráficos Reunidos.

CARDOSO, C. 2019. *Entalhes com tradição: Marcenaria e ofícios similares em Gondomar*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CARDOSO, C. 2021. Entrelaces artesanais: a técnica da “palhinha” [Rejilla] no mobiliário. *Res Mobilis. Revista internancional de investigación en* , 10(13), pp. 279-302.

CATÁLOGO, C. 1931. *Máquinas Industriais e Material Agrícola*. Vila Nova de Gaia: Rocha & Irmão, Sucr..

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, C. e. 1881. *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Direto. Segunda Parte. Visita às fábricas*. Lisboa: Imprensa Nacional.

OLIVEIRA, C. d. 1979. *O Concelho de Gondomar: apontamentos monográficos* (Vol. II). Porto: Imprensa Nacional.

ROCHA PEIXOTO, A. 2011. *As filigranas [Fac-símile da separata “As filigranas”, publicada em 1908 na revista “Portugália”*. Porto: UCE.

SOUSA, G. 2012. *Dicionário dos ourives do ouro, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)*. Porto: Universidade Católica Editora.

- VASCONCELOS, J. (15 de 11 de 1883). “Exposição de Ourivesaria e Joalheria Nacional - V.” In *O Comércio do Porto*.
- VISEU JÚNIOR, I., & Guimarães, A. 1945-1974. *Anuário do Pôrto Santos Viseu: (comercial, industrial e burocrático) para a cidade do Pôrto, Gaia e Matosinhos e restantes concelhos do distrito*. Porto: António dos Santos Guimarães.
- VISEU JÚNIOR, I., & Guimarães, A. (1950). *Anuário do Pôrto Santos Viseu: (comercial, industrial e burocrático) para a cidade do Pôrto, Gaia e Matosinhos e restantes concelhos do distrito*. Porto: António dos Santos Guimarães.